

RELAÇÕES ACADÊMICAS E INSTITUCIONAIS

**DISCURSO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
NA SESSÃO SOLENE DE OUTORGA DO TÍTULO
DOCTOR SCIENTIAE ET HONORIS CAUSA
PELA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE***

.....
* Realizado em São Paulo, 24 de agosto de 2001.

Marco Maciel

É para mim uma grande honra a que me concede esta tradicional e conceituada Universidade ao conferir-me, por intermédio do magnífico reitor Cláudio Lembo, exemplo de cidadão e mestre, o seu mais alto grau acadêmico: o título de *doctor scientiae et honoris causa*. Recebo-o como gesto generoso do colendo Conselho Universitário, por proposta do reverendo e vice-reitor Milton Ribeiro, como preito de reconhecimento a méritos que julgo não possuir.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie tem, enquanto instituição de ensino superior, uma notável presença na vida do País, pois está completando no próximo ano seu cinquentenário de existência, e sua origem se situa na segunda metade do século XIX, quando George e Mary Chamberlain formaram a Escola Americana. Hoje, a Mackenzie tem seu núcleo no Complexo Educacional de Higienópolis e também possui unidades em Tamboré e no Distrito Federal. Ministra 27 cursos de graduação em onze faculdades, além de cursos de pós-graduação, *lato sensu* e de *stricto sensu*, atendendo 37 mil estudantes.

Ademais, um cuidado que preside a Sociedade mantenedora desta Universidade é o de, ao lado da habilitação profissional, formar, inspirada na mensagem cristã, verdadeiros cidadãos, sob o ponto de vista ético e moral. E essa orientação é tanto mais válida por vivermos o desabrochar de um novo milênio, caracterizado por grandes transformações que estão modificando paradigmas e afetando valores. Nesse quadro, cabe à universidade, como foro de reflexão crítica, estar atenta aos impactos desta onda de globalização, examinando-a em todos os seus aspectos.

Não posso deixar de considerar que, malgrado haver sido pouco significativa minha vida no campo do magistério, tenho uma trajetória ligada à educação e entendo que a atividade política, quando exercida de forma correta, contém igualmente força docente, isto é, dá régua e compasso à vida social e pode servir de exemplo, mormente para os jovens.

Globalização tornou-se não só um conceito indefinido e incerto, mas, sobretu-

do, um processo cada vez mais difícil de ser entendido e uma política igualmente complexa para ser explicada. A sucessão de conflitos gerados por protestos cada vez mais violentos, iniciados na Rodada do Milênio da OMC, em 1999, em Seattle, estendendo-se por entidades tão diversas como o Banco Mundial, o FMI, o Fórum Econômico Mundial e o G-7, e por países tão variados quanto a França, a República Checa, a Suécia, os Estados Unidos e a Itália, onde lamentavelmente se consumiu a vida da primeira vítima fatal, parece não deixar dúvida de que estamos diante de um novo paradigma nas relações internacionais, destinado a substituir um mundo bipolarizado ideologicamente, que confrontava o leste e o oeste, e o universo dividido economicamente, que protagonizava o diálogo norte-sul.

Esse panorama inquietante e ainda hoje insondável para muitos de nós, exige, antes de mais nada, despirmo-nos de preconceitos se quisermos não só entendê-lo e explicá-lo, mas sobretudo transformá-lo. Tomado em seus termos mais simples, o conceito de globalização poderia significar uma nova divisão internacional, calçada em critérios ao mesmo tempo políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e culturais, que aproximariam, por seus padrões de desempenho e a natureza de seus interesses, os países mais desenvolvidos, confrontando-os necessariamente com os de menor nível de desenvolvimento. É, contudo, uma explicação excessivamente simplista para ser aceita sem outras considerações. Quando nos referimos aos critérios de peso, poder e influência política, é impensável deixar de levar em conta onde colocaríamos, nessa nova polarização de poder mundial, países, por exemplo, como a China, que não fazendo parte do G-7, dispõe hoje de importância inquestionavelmente maior do que todas as nações integrantes deste grupo, à exceção dos Estados Unidos.

Quando aludimos ao desenvolvimento tecnológico em uma de suas variáveis mais visíveis, a do poder militar, representado pelo domínio completo do círculo nuclear e a posse de artefatos atômicos, torna-se difícil não incluir nesse grupo países como a Índia, o Paquistão, Israel e, mais uma vez, a China, para citarmos os casos mais notórios, em confronto com outras nações que não fazem parte desse clube, como é o caso do Japão e do Canadá, ambos integrantes do G-7.

Se nos referirmos, por outro, aos interesses econômicos, aí considerada a questão vital da liberdade de comércio, não podemos deixar de levar em conta que a chamada Rodada Uruguai, da qual surgiu a Organização Mundial do Comércio, representou um reconhecido avanço. Trata-se de um progresso em relação às práticas de *dumping*, imposição de barreiras tarifárias e restrições não tarifárias, que tornavam o comércio internacional uma questão bilateral extremamente ampla e um problema multilateral extraordinariamente limitado pelas circunstâncias de que o antigo Gatt não dispunha dos poderes de autorizar ou de proibir sanções, com o que hoje conta a OMC. Os conflitos, portanto, tinham de ser resolvidos de forma bem mais desequilibrada do que agora, pelo confronto direto e não por arbitramento. As restrições que atualmente contrapõem os interesses da União Européia e dos Estados Unidos, em matéria de produção audiovisual, por exemplo, não são menores do

que aquelas que separam o Brasil, tanto da União Européia, quanto dos Estados Unidos, em matéria de subsídios agrícolas.

As questões culturais que opõem países tão diversos étnica e culturalmente como a China e o Japão no extremo oriente, a Austrália e a Nova Zelândia da Indonésia, ou os Estados Unidos e o Brasil, por exemplo, também não podem deixar de ser levadas em consideração pelas marcas profundas geradas pelo domínio colonial, por conflitos bélicos de motivações históricas, ou por significativas razões de legados culturais comuns. A distância é maior entre o Japão e os Estados Unidos, embora sejam ambos integrantes do G-7, do que entre o Brasil e alguns países do Oriente Médio, a despeito das diferentes convicções religiosas, pois não podemos esquecer que somos, ao mesmo tempo, a maior nação africana fora da África, a maior nação de origem árabe fora do Oriente Médio, além de possuímos a maior colônia de descendentes japoneses fora do Japão, e a segunda italiana em todo o mundo.

Utilizei esses exemplos apenas como uma tentativa de conseguir tornar mais evidente a circunstância de que vivemos hoje, neste terceiro milênio da civilização ocidental, num mundo não só de nações assimétricas, mas, sobretudo, numa era em que a assimetria mundial é maior do que em qualquer outra época da história da humanidade. A melhor evidência dessa enorme diversidade pode ser inferida pelo fato de que, nos últimos cinquenta anos, o número de países filiados à ONU praticamente quadruplicou. Supor que no mundo assim diversificado e diferenciado a globalização possa implicar a existência de apenas duas matrizes de poder em confronto não seria só uma excessiva simplificação, mas também uma inconcebível ingenuidade.

O Brasil, por sua vez, começou com seus vizinhos, há mais de dez anos, um processo de integração que deve implicar a formação de uma zona de livre comércio ou em um mercado comum, embora não tenham sido poucas as circunstâncias conjunturais que têm embaraçado a boa marcha de nosso desejo de unificação econômica. O caminho para a formação dos grandes blocos econômicos, sabemos todos, vaticinado como uma inevitabilidade deste novo século, é muito mais áspero do que pudemos supor. Convém, por isso mesmo, não esquecermos de que a União Européia, que no ano que vem atinge a etapa antes impensável de adoção de uma moeda comum, em doze de seus atuais quinze integrantes, teve seu início com o Tratado de Roma, de 1954, mas suas origens na hoje desaparecida comunidade européia do carvão e do aço, idealizada por Jean Monnet, quando ainda havia os restos fumegantes da Europa dilacerada pela segunda grande Guerra Mundial.

Nós hoje dispomos de mecanismos multilaterais de negociação e solução de conflitos e de organismos de cooperação de âmbito regional e mundial, como em nenhuma outra fase de nossa história. Se a emergência da sociedade civil como protagonista no cenário globalizado internacionalizou a agenda política mundial, por uma parte, por outra, está demonstrando que há mais possibilidade de convergência de interesses aparentemente divergentes do que em qualquer outra época. Questões

como a preservação dos recursos naturais não renováveis, a proteção dos direitos humanos e das minorias, a contenção de condutas anti-sociais, como o tráfico de armas, drogas e entorpecentes, a garantia de igualdade da condição da mulher, o amparo à infância e à adolescência, a questão urbana e a repressão de crimes de repercussão internacional, como a lavagem de dinheiro e a corrupção, deixaram de ser problemas do âmbito interno de cada país, para se transformarem num compromisso coletivo de melhorias das condições de vida de toda a humanidade.

Para a consecução de avanços como esses, que transcendem as fronteiras nacionais e repercutem em todos os países, o papel das grandes potências tem sido essencial, mas não decisivo, na medida em que os critérios utilizados para a consumação dos objetivos de todas essas agendas incluem a adesão de um número preponderante de países, que abrange, necessariamente, tanto os menos desenvolvidos quanto os emergentes, protagonistas, portanto, de todos esses avanços. Nada disso nos desobriga de denunciar e de lutar contra o aumento da desigualdade no mundo, em que dois terços dos habitantes vivem abaixo da linha de pobreza e quase a metade em condições de miséria, que inclui a fome endêmica e a falta absoluta de condições de subsistência. Da mesma forma como não nos dispensa de manifestar nosso inconformismo com as nossas próprias desigualdades, sem deixar de constatar que, pela primeira vez em nossa existência como Nação, o Brasil empreende um esforço sistemático de erradicação da miséria, com políticas compensatórias, que superam toda divergência ideológica, política e até mesmo partidária. Mas é exatamente por isso que todos temos o dever de empreender esforços para que a globalização, em lugar de ser um campo de disputas entre os desiguais, se transforme num instrumento de ação entre os iguais. Em particular, cumpre evitar que fatores econômico-financeiros liberados pela mundialização se conjuguem de forma que impactem negativamente a implementação de medidas de caráter social relevante.

No cumprimento de tarefas de Estado de que tenho me desincumbido, na qualidade de vice-presidente da República, tenho podido testemunhar como a cooperação é possível, desejada por muitos e preconizada por quase todos, tanto na América Latina e na África quanto na Europa e na Ásia. O Brasil tem, em relação a virtualmente todos os países com os quais mantém relações, um enorme papel a desempenhar nesse sentido. Antes mesmo de reivindicarmos mudanças no ordenamento institucional dos organismos multilaterais de que somos membros e fundadores, como a OMC, o FMI, o BID, e dos organismos especializados da ONU, tanto quanto dos de âmbito regional, como a OEA, temos feito o que está ao nosso alcance. Um exemplo foi o perdão incondicional da dívida externa do país irmão, que é Moçambique, na África, e da Nicarágua, que partilha conosco do mesmo Continente. E outro, não menos expressivo, são as ações desenvolvidas em relação ao combate à Aids nos países africanos de expressão lusófona, valendo-nos do êxito alcançado em nosso País com uma experiência reconhecida internacionalmente.

Num mundo em que a internacionalização da pauta política aumentou a solidariedade, muito embora em algumas questões, como as do meio ambiente, repre-

sentado pelo compromisso de Kioto, e das repressões aos crimes, como a criação do Tribunal Penal Internacional, estejamos assistindo a um incompreensível retrocesso, não há lugar para isolacionismos. Estes já não têm cabimento quando o intercâmbio e a universalização da informação são conquistas irreversíveis para a maior parte da humanidade. Nesta era de repercussões instantâneas, em que não há nenhuma guerra declarada entre dois ou mais países, mas apenas conflitos localizados, nenhuma instituição internacional, por mais supostamente forte que pretenda ser, tem condições de impor suas pautas ou diretrizes a qualquer país soberano, por maiores que sejam os riscos a que eles estejam sujeitos.

Isso não significa dizer que não haverá mais, em todos esses fóruns, o poder imanente à condição de qualquer potência de que dele participe. Mas isso é a contrapartida de operarmos ainda em um ambiente criado por um sistema de diplomacia parlamentar, como é o caso da ONU, calcado num equilíbrio de poder que já não mais existe, meio século depois do fim da segunda grande Guerra Mundial. Quatro dos sete países que hoje constituem o G-7 não são membros permanentes do Conselho de Segurança: a Alemanha, a Itália, o Japão e o Canadá. Em contrapartida, dois dos mais influentes, a China e a Rússia, que detêm o poder de veto nesse mesmo Conselho, não são membros integrantes do G-7. Se considerarmos o conceito do poder relativo de compra que hoje é utilizado pela maioria dos organismos econômicos internacionais e pela própria OCDE, o PIB da China, depois da incorporação de Hong Kong, se somado ao de Taiwan, já seria o segundo do mundo e, mantida a tendência de crescimento dos últimos dez anos, na hipótese de uma eventual unificação, pode vir a tornar-se o primeiro dentro de muito pouco tempo.

O mundo unipolar anunciado por Francis Fukuyama, como o advento de uma só concepção política neoliberal em todo o universo, não é utopia menor nem mais distante da realidade que a de um mundo globalizado, universalizado, unificado, totalizado, integrado e nivelado em suas práticas, seus valores e suas aspirações. O que até hoje tem enriquecido a humanidade é a sua diversidade, o seu pluralismo, as suas diferenças, de hábitos, costumes e culturas, enfim, friso, a sua pluralidade. Como admitir um mundo sob uma só hegemonia e liderança, sob um só e único modelo, seja ele econômico, político ou social, num universo em que o número de novos países não pára de crescer e se multiplicar?

Por tudo isso, não temos por que temer os efeitos políticos da globalização, definidos como o advento de uma só concepção econômica. Os aspectos inelutáveis de um modelo econômico partilhado por todos são desejáveis, sempre e quando compatíveis com a diversidade social e a busca da igualdade e da justiça que são conquistas ou pelo menos aspirações seculares de todas as civilizações e da maior parte das nações que hoje integram o concerto mundial. E isso, convenhamos, depende dos sistemas políticos, dos modelos econômicos e das conquistas sociais de cada país. Quem não quer estabilidade financeira, previsibilidade econômica, proteção social e pleno emprego? Não somos só nós que lutamos por isso. Todas as nações grandes, emergentes e pequenas anseiam por um sistema político pluralista,

um modelo econômico próspero e padrões sociais justos. Essa é a razão pela qual, por mais expandida, mais generalizada e conseqüentemente mais globalizada que possa ser qualquer concepção econômica preponderante no mundo, isso não implicará a supressão das salvaguardas políticas dos países que forem capazes de manter em funcionamento os mecanismos decisórios que garantem a democracia.

Os efeitos econômicos mais visíveis da globalização não advêm da liberdade de movimentação de capitais, do aumento do fluxo de comércio e da troca de mercadorias, bens e serviços. Eles serão cada vez mais estimulados pelas perspectivas abertas pelos estabelecimentos de redes mundiais de comunicação, potencializando a troca de experiências, informações e conhecimentos científicos. Aliás, como está ocorrendo no campo da biotecnologia, serão capazes de disseminar, numa velocidade inconcebível ainda em nossos dias, os processos educacionais que hoje transcendem, de forma cada vez mais visível, o âmbito estreito das instituições formais da educação. Por isso mesmo, é essencial vencer o *gap* do conhecimento que separa as grandes potências dos países emergentes e estes dos subdesenvolvidos. Não direi que isso só seja possível nos regimes democráticos, e dispenso-me aqui de citar qualquer exemplo. Mas não hesito em afirmar, por outro lado, que, de forma ampla e irrestrita e sem discriminações, em outras palavras, de forma democrática, isso é impossível fora da democracia.

Sei do poder das instituições políticas, como instrumentos de transformação e modernização da sociedade, creio no poder de mobilização das sociedades democráticas, como forma de aprimoramento dos sistemas políticos, e confio na força criativa da legitimidade política para operar, com ajuda da sociedade, as transformações éticas, culturais e do conhecimento que possam ser transformadas, mais do que em aspirações, em realizações nacionais. Se disso formos capazes, internamente, não há por que temer que venhamos a ser colonizados, política, econômica e culturalmente por nenhum processo de globalização, por mais ambicioso que seja e por mais poderoso que aparente ser.

A complexidade do que se convencionou chamar de globalização, portanto, está íntima e inteiramente ligada a algo muito mais amplo do que preconizar, mediante protestos populares ou ação política interna, a simples mudança dos procedimentos técnicos, administrativos e políticos de organismos multilaterais, como o FMI, a OMC, o Bird, o BID, e o fórum de Davos que, por sinal, não é mais do que uma instituição não-governamental, ainda que reflita alguns interesses e posturas de algumas das potências mundiais. Essas mudanças já estão em curso, bastando citar os exemplos do Bird e do BID, que adotaram em seus critérios de concessão de empréstimos, a observância de normas de não-agressão ao meio ambiente. Nosso dever é agir politicamente, de forma articulada e com respaldo dos interesses comuns que temos com blocos como a União Européia, ou potências como a China ou Japão, para mencionar alguns casos específicos, a fim de institucionalizarmos regras de reciprocidade nos fóruns que transcendem as organizações econômicas. Não podemos esquecer, vale lembrar, de que o Brasil já conseguiu algumas expres-

sivas vitórias no contencioso da Organização Mundial do Comércio. Que logrou, como no caso da África do Sul, ver reconhecido seu direito de sobrepor uma questão vital, como da relevância da preservação da vida, aos interesses comerciais de empresas e Estados, por mais legítimas que sejam.

O apoio que temos dado à tese da ampliação do número de titulares do Conselho de Segurança da ONU se enquadra nessa mesma linha de nossa política externa. Afinal, se mudamos o paradigma das relações internacionais, com a globalização de algumas práticas econômicas, por que não mudarmos também as regras de equilíbrio de poder, para abranger a enorme multiplicidade de interesses hoje representados na ONU? Isso, sem dúvida, contribuiria, penso de forma significativa, para diminuir a assimetria de poder que data de fins da segunda grande Guerra Mundial e para tornar menos discrepante a influência de certas nações que o mundo convencionou chamar de *grandes potências*.

A integração econômica trouxe enormes e reconhecidos benefícios para a Europa unificada. Tão amplos, que o número de seus integrantes e dos candidatos a integrá-la não pára de crescer. Nós já avalizamos essa realidade, quando demos, junto com a Argentina, o impulso decisivo para a criação do Mercosul, que compreende também o Uruguai, Paraguai e, como membros associados, a Bolívia e o Chile, que poderá transformar-se, no futuro, numa associação de todos os países da América do Sul. Temos um acordo – marco – com a União Européia. Participamos de todas as etapas de discussões para a construção da Alca e já vimos vitoriosa a tese brasileira de que o passo inicial deve ser dado a partir de 2005, e não consumado neste ano, como pretendiam alguns dos países envolvidos nessa negociação. Juntos, podemos muito mais do que alcançaríamos negociando isoladamente. Negociar não significa aderir a qualquer esquema preconcebido, nem aceitar regras que não atendam ao interesse nacional. Aliás, como dizia o presidente Kennedy, “*nunca se deve negociar por medo, mas nunca se deve ter medo de negociar*”.

São todas, como se vê, iniciativas políticas de repercussões econômicas. O Brasil não está sujeitando a formação de sua política de alianças a interesses econômicos de qualquer país ou grupo de países. Estamos, ao contrário, sujeitando harmonizações de concepções econômicas por nós compartilhadas aos nossos interesses políticos. Esse é, a meu ver, o caminho correto. Enquanto continuarmos a trilhar essa senda que abre novas perspectivas e esperanças de cooperação multilateral com nossos parceiros, não vejo por que temermos a globalização, tenha esse conceito a feição que tiver. Essa é a minha convicção pessoal e espero que minhas observações não venham a ser desmentidas no futuro.

Cabe, ao finalizar, insistir no quanto se parece relevante para o Brasil, que as instituições universitárias possam refletir sobre esses novos tempos e seus múltiplos desafios.

Desejo, por fim, agradecer aos dirigentes desta modelar Casa de Ensino o título de *doctor honoris causa* que tanto me desvaneceu.

MARCO MACIEL

Sabemos todos que o magistério de Cristo não exalta as titulagens. Mateus, o evangelista, nos adverte de que jamais queiramos ser chamados de rabi, isto é, mestre.

Conquanto tenha presente a lição das Escrituras de que a humildade é boa conselheira, sinto, paradoxalmente, grande orgulho com esta láurea acadêmica, que enriquece minha biografia e orna minha vida pública.